



FORÇA SINDICAL

Órgão Informativo Oficial da FORÇA SINDICAL RJ

ANO 7 • Nº 1 • ABRIL 2016

www.fsindicalrj.org.br

RIO DE JANEIRO



Força RJ promove encontros regionais para apontar saídas para a crise



A Força Sindical do Rio de Janeiro promove encontros regionais de março a novembro para discutir localmente o tamanho e as saídas para a crise socioeconômica que paralisa o estado do Rio de Janeiro. **Saiba mais na página 3**

Força no Rio continua a crescer

pág. 2

Você sabia que tramitam no Congresso Nacional 55 ameaças aos direitos dos trabalhadores?

Informe-se na página 4

Editorial

Unidade para avançar



Há dois meses na presidência da Força

RJ, o que posso garantir e procuro reafirmar a cada ação de nossa diretoria é que a Força Sindical no Rio de Janeiro permanece com sua essência, que é sempre estar ao lado do trabalhador.

Neste momento de crise, a unidade é fundamental. E o Rio de Janeiro demonstrou grande maturidade e unidade no momento de transição. Todos os compromissos previamente assumidos estão sendo mantidos e cumpridos, bem como os projetos para 2016, que estão sendo desenvolvidos nos prazos previstos.

Os fóruns regionais começaram a acontecer, para ouvir nossas bases, nos aproximar ainda mais do trabalhador, sua realidade e suas dificuldades e, juntos, buscamos alternativas para devolver o Rio de Janeiro ao eixo do crescimento e desenvolvimento social e econômico.

Nunca foi tão importante participar de momentos de discussão e do dia a dia de nossos Sindicatos. Só a união e a mobilização permanente em torno dos direitos do trabalhador, da manutenção e geração de empregos pode nos fazer voltar a crescer.

Investir imediatamente na produção, no fortalecimento de nossas indústrias, do setor naval, construção civil e demais áreas produtivas, com diversidade e planejamento, é imperativo. Não são os salários que devem ser arrojados ou cortados para sair da crise, mas a taxa de juros. Só com trabalho, e trabalho valorizado e decente, veremos o Rio de Janeiro voltar ao lugar de onde nunca deveria ter saído – pólo de desenvolvimento e riqueza. E não este lugar vergonhoso de mau pagador.

A Força Sindical continuará onde sempre esteve: pronta a fortalecer o movimento sindical. E nosso mandato estará sempre a serviço das necessidades de nossa base e do conjunto de trabalhadores de nosso estado e de nosso país.

Carlos Pascoal Fidalgo
Presidente

Uma central que não para de crescer

O Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro (Sintserj) é um dos mais novos filiados à Força Sindical no Rio de Janeiro. Segundo o secretário geral Benilton José de Oliveira Santiago, o sindicato representa cerca de 25 mil trabalhadores em todo o estado e o caráter apartidário e pluralista da Força RJ levou a entidade a filiar-se à central.

“Acompanhamos há muito tempo a forma como a Força Sindical dá importância aos seus Sindicatos, valorizando os seus dirigentes e os trabalhadores por eles representados”, afirmou Benilton Santiago.

Em fevereiro, o Sintserj promoveu, em parceria com a Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho (Fenatest), o 1º Fórum Interestadual de Segurança e Saúde no Trabalho da Fenatest da Região Sudeste, no auditório da Força RJ, com a presença do presidente do Sindicato, Miguel dos Santos, e do presidente da Federação, Armando Henrique.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Tintas e Vernizes de Nova Iguaçu ampliou sua base de atuação e, desde março, representa também os trabalhadores de Mesquita e Seropédica.

Também o Sindicato dos Empregados em Postos de Combustíveis de Niterói e Região, que representa frentistas e demais trabalhadores em lava rápidos e lojas de

conveniência em 13 municípios, recebeu seu registro em março. “Sindicato sem registro não consegue fechar convenção coletiva. Não tem personalidade jurídica de direito. Existe de fato, mas de direito, só com registro”, explicou o presidente Alex Silva, que, menos de um mês depois, em 18 de abril, inaugurou a subsele de Petrópolis, para facilitar o acesso dos trabalhadores da Região Serrana aos serviços do Sinpospetro-Niterói.

E o Sindicato Nacional dos Aposentados no Rio de Janeiro (Sindnapi-RJ) reabriu sua subsele em Niterói. O Núcleo de Atendimento Leste Fluminense do Sindnapi-RJ fica à Rua Coronel Gomes Machado, nº 122, Centro de Niterói e funciona de segunda à sexta, de 9h às 17h.

“Somos uma central plural, que existe e trabalha para defender o trabalhador”, afirmou Carlos Fidalgo, presidente da Força RJ.



Fórum Interestadual de Segurança e Saúde no Trabalho, Região Sudeste



Presidente do SindiQuímica-NI, Sandoval Marques, recebe a carta de extensão de base



Presidente do Sinpospetro-Niterói, Alex Silva, recebe sua carta sindical

Força RJ presente nos Conselhos de base, para defender o trabalhador

Diretores da Força RJ participam de diversos Conselhos Municipais e Estaduais, como titulares na bancada que representa os trabalhadores. Os Conselhos são órgãos importantes para o controle social dos atos dos governos e reúnem gestores, trabalhadores e empresários.

A Força RJ está presente, por exemplo, no Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda do Estado do Rio de Janeiro (Ceterj), que tem como objetivo estabelecer prioridades, diretrizes e acompanhar a aplicação dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), para implementação de políticas públicas de geração de emprego, trabalho e renda. Cabe ao Ceterj, entre outras responsabilidades, discutir



previamente o valor do Piso Regional, anualmente. O secretário geral David de Souza e o vice-presidente Isaac Wallace participam do Ceterj.

O secretário de Imprensa e Comunicação da Força RJ, Marcelo Peres, é conselheiro titular do Conselho de Previdência Social da Gerência Executiva do Centro do Rio de Janeiro até 2017, tendo como suplente o diretor do Departamento Jurídico. Alex Silva. O coordenador

geral do Sindicato Nacional dos Aposentados no Rio de Janeiro, Rafael Zibelli Neto, também é conselheiro titular no mesmo Conselho de Previdência Social, representando os aposentados. O CPS da Gerência Executiva Centro do Rio de Janeiro promove em 9 de junho, a partir de 10h, o 1º Encontro Regional dos Conselhos de Previdência Social, que acontece na Superintendência do INSS, no Centro do Rio (Rua Pedro Lessa,

nº 36) e que terá como objetivo uniformizar propostas, compartilhar experiências e fomentar a discussão sobre a Previdência Social.

Já o vice-presidente Eusébio Pinto Neto, presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Combustíveis do Rio de Janeiro, foi eleito para o Conselho de Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), para o mandato que vai de 2016 a 2020. A CNTC, entidade sindical de grau superior, com sede e foro no Distrito Federal e base territorial em todo o país, é a entidade máxima de representação dos trabalhadores do setor de Comércio e Serviços do Brasil, um contingente de mais de 12 milhões de cidadãos.

Nova diretoria da Federação dos Metalúrgicos RJ

A Federação dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro tem nova diretoria. Sérgio Barbosa Claudino, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Duque de Caxias e vice-presidente da Federação, foi conduzido ao cargo pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e vice-presidente da Força Sindical, Miguel Torres, em cerimônia de posse que aconteceu em 23 de março, em tom de homenagem ao presidente reeleito Francisco Dal Prá, falecido em fevereiro.



Encontros Regionais debatem empregabilidade e crescimento

A Força RJ promove, de março a novembro, encontros regionais para discutir com sindicatos, trabalhadores, gestores, universidades e sociedade em geral aspectos da crise socioeconômica por região e caminhos para superá-la.

O primeiro encontro, o da Região Norte-Noroeste Fluminense, foi em 31 de março, no auditório da Faculdade de Direito da UNIFLU (Centro Universitário Fluminense), em Campos dos Goytacazes, sob a coordenação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campos e Região.

Com a presença de dirigentes da Força RJ e representantes de sindicatos da região, do secretário municipal de Desenvolvimento Econômico de Campos, Orlando Portugal; do coordenador do Grupo de Pesquisa Interinstitucional de Desenvolvimento Municipal/Regional, Auner Pereira Carneiro; do economista Alcimar das Chagas Ribeiro, também do GPIDMR; do professor de Ciências Sociais, Hélio Coelho de Freitas; do consultor do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Paulo Clébio do Nascimento; e da técnica do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Jéssica Naime, o encontro apontou dois caminhos para a retomada do desenvolvimento na região mais afetada pela crise do petróleo: a aposta nas vocações regionais, com integração de atividades semelhantes em diferentes territórios,



para fortalecimento e maior competitividade dos produtos e capacitação de profissionais e empresas locais para atender às demandas de mega projetos, como o Porto do Açú, já em funcionamen-

to, ou projeto futuros, como o complexo logístico e industrial do Farol da Barra do Furado.

Outro ponto importante levantado na ocasião foi a necessidade de unidade do

movimento sindical para enfrentamento da crise e derrubada de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e que acabam com direitos trabalhistas históricos.

Capacitação e requalificação profissional: armas para driblar a crise

A qualificação profissional é, sem dúvida, um diferencial fundamental no momento de se candidatar a uma oportunidade de emprego. Victoria dos Santos Miranda, 18 anos, foi aluna do III Curso de Logística, ministrado pelo professor Marcelo Faria, na sede do Sindicato dos Químicos de Nova Iguaçu. Ela conquistou a vaga para estágio em administração/logística na Caixa Econômica Federal um dia antes de terminar o curso.

“Baseada nos cursos que eu já tinha (Rotinas administrativas, Informática e

Assistente de Operações Logísticas), decidi me inscrever e tentar a prova para a vaga. Realizei duas provas e recebi a resposta que havia passado. No dia 17 de março, recebi uma ligação para agendamento de uma entrevista. Eu já tinha começado o Curso no SindiQuímica-NI e, no dia 19, eu terminaria o curso. Então marquei a entrevista para o dia 18. A notícia de que eu fui selecionada veio na semana seguinte. Posso afirmar que os cursos pesam demais para uma melhor empregabilidade. Quanto mais qualificação, maior a chance

de você ser empregado”, disse Victória Miranda.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense também vai investir em requalificação profissional para recolocar trabalhadores no mercado. O presidente Sílvio Campos informou que firmou parceria com Metalsul (Sindicato das Indústrias Metalmeccânicas do Sul Fluminense) para possibilitar qualificação e requalificação aos 700 metalúrgicos demitidos pela CSN recentemente. O Metalsul, em sua permanente parceria com o Senai, vai liberar vagas a esses trabalhadores de forma gratuita.



Força Rio é uma publicação da Força Sindical do Estado do Rio de Janeiro. Rua Silvino Montenegro, 88, 88-A - Gamboa - Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.071-902. Tel.: (21) 2233-1450 / 2253-5451.

fsindicalrj@fsindicalrj.org.br
<http://www.fsindicalrj.org.br>
<http://twitter.com/fsindicalrj>
<http://youtube.com/fsindicalrj>
<http://facebook.com.br/fsindicalrj>

Presidente: Carlos Fidalgo
 Secretário de Imprensa e Comunicação: Marcelo Peres - imprensa@fsindicalrj.org.br
 Jornalista responsável: Rose Maria (MTb -RJ -17070/78/21) - assessoria@fsindicalrj.org.br
 Programação visual: Eiras Comunicação e Marketing Ltda.

1º de Maio - Dia do Trabalhador

O Sindicato dos Químicos de Nova Iguaçu abriu a programação dos filiados à Força RJ e fez a festa em homenagem ao Dia do Trabalhador em 17 de abril, oferecendo feijoada, shows de música ao vivo e sorteio de brindes a trabalhadores e seus familiares, que foram ao IBC de Nova

Iguaçu ver o Condor vencer a Sonoco e se sagrar campeão da V Copa de Futsal do Sindicato.

Entidades como o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Niterói, Construção Civil do Município do

Rio e Empregados em Edifícios do Município do Rio farão festas para valorizar a força do trabalho junto a suas categorias no 1º domingo de maio. Já o Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias de Tintas e Vernizes de São Gonçalo promove a confraternização dia 15 de maio.



DIAP aponta 55 ameaças a direitos em tramitação no Congresso*:

Precisamos barrar essas tentativas de golpe contra o trabalhador. Fortaleça seu Sindicato.

1. Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 - Câmara, PLC 30/2015 - Senado, PLS 87/2010 - Senado);

2. Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 - Câmara);

3. Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 - Câmara);

4. Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 - Câmara e PL 7549/2014 - Câmara);

5. Suspensão de contrato de trabalho (PL 1875/2015 - Câmara);

6. Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012 - Câmara);

7. Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (PL 7341/2014 - Câmara);

8. Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 - Câmara);

9. Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora (PL 3785/2012 - Câmara);

10. Estabelecimento do Código de Trabalho (PL 1463/2011 - Câmara);

11. Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 - Câmara);

12. Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos (PL 6411/2013 - Câmara);

13. Criação de consórcio de empregadores urbanos para

contratação de trabalhadores (PL 6906/2013 - Câmara);

14. Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 - Câmara, PL 5016/2005 - Câmara e PLS 432/2013 - Senado);

15. Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 - Câmara);

16. Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 - Câmara e PLS 550/2015 - Senado);

17. Susta a Norma Regulamentadora (NR) 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (PDC 1408/2013 - Câmara e PDS 43/2015 - Senado);

18. Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica (PL 5140/2005 - Câmara);

19. Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2409/2011 - Câmara);

20. Susta NR 15, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1358/2013 - Câmara);

21. Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1615/2014 - Câmara);

22. Estabelecimento da jornada flexível de trabalho (PL 2820/2015 - Câmara e PL 726/2015 - Câmara);

23. Estabelecimento do trabalho de curta duração (PL 3342/2015 - Câmara);

24. Transferência da competên-

cia para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal (PEC 127/2015 - Senado);

25. Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, às regras do Código de Processo Civil (PL 3871/2015 - Câmara);

26. Reforma da execução trabalhista (PL 3146/2015 - Câmara).

27. Substitutivo apresentado na CAPADR estabelece a inexistência do cumprimento simultâneo dos requisitos de "utilização da terra" e de "eficiência na exploração" para comprovação da produtividade da propriedade rural (PL 5288/2009 - Câmara);

28. Alteração da Lei 5.889/1973, que institui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores no lucro ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização (PLS 208/2012 - Senado);

29. Alteração da Lei nº 1.079/1950, para definir como crime de responsabilidade de governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse (PLS 251/2010 - Senado);

30. Alteração da Lei 8.629/1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade (PLS 107/2011 - Senado);

31. Regulamentação da compra de terra por estrangeiros (PL 4059/2012 - Câmara e PL 2269/2007 - Câmara);

32. Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em porcentagem inferior a 1% da composi-

ção total do produto alimentício (PLC 34/2015 - Senado);

33. Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 - Câmara);

34. Instituição de limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 - Câmara);

35. Criação do Estatuto das Fundações Estatais (PLP 92/2007 - Câmara);

36. Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 - Senado; PLS 327/2014 - Senado; e PL 4497/2001 - Câmara);

37. Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 - Câmara);

38. Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal (PL 6726/2013 - Câmara);

39. Estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão (PL 6726/2013);

40. Estabelecimento de independência do Banco Central (PEC 43/2015 - Senado);

41. Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 - Senado);

42. Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiro dos fundos de pensão públicos (PLS 388/2015 - Senado);

43. Estabelecimento do Código de Mineração (PL 37/2011 - Câmara);

44. Demarcação de terras indígenas (PEC 215/2000);

45. Cancelamento da política de Participação Social (PDS 147/2014 - Senado);

46. Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde (PL 5069/2013 - Câmara);

47. Retirada do texto das políticas públicas do termo "gênero"

e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres. É um total retrocesso para todo ciclo das políticas (MPV 696/2015 - Senado);

48. Instituição do Estatuto do Nascituro - provavelmente maior ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Seria concretizada a criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto previsto no Código Penal (PL 478/2007 - Câmara);

49. Instituição do Estatuto da Família - retrocesso para grupos LGTBs e mulheres: não reconhecimento como família - ficam fora do alcance de políticas do Estado (PL 6583/2013 - Câmara);

50. Redução da maioria penal (PEC 115/2015 - Senado);

51. Instituição do Estatuto do desarmamento (PL 3722/2012 - Câmara);

52. Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais (PLS 513/2011 - Senado);

53. Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo (PLS 2517/2015 - Senado);

54. Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as comissões especiais (PRC 191/2009 - Câmara); e

55. Alteração da Constituição para que entidades de cunho religioso possam propor Ações de Constitucionalidade perante o STF (PEC 99/2001 - Câmara).